

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	31.12.01			31.12.00
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Liquido	
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	51	130.631	-	130.631	73.216
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	430.628	-	430.628	90.186
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	14.1	578.324	(2)	578.322	587.275
4. Crédito sobre clientes	14.2	3.537.219	(13.556)	3.523.663	2.835.673
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10	152.684	(5.220)	147.464	55.506
a) - de emissores públicos	10	26.207	-	26.207	26.733
b) - de outros emissores	10	126.477	(5.220)	121.257	28.773
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	10	21.728	(197)	21.531	15.653
7. Participações	50	1.310	(391)	919	742
8. Partes do capital em empresas coligadas	6	9.727	(10)	9.717	8.469
9. Imobilizações incorpóreas	11.1	13.766	(9.400)	4.366	3.718
10. Imobilizações corpóreas (Dos quais: Imóveis)	11.2	138.880	(82.303)	56.577	54.470
		(67.693)	23.018	(44.675)	44.733
12. Acções próprias ou partes de capital próprias	53	510	-	510	488
13. Outros activos	31.1	178.252	(137)	178.115	8.057
15. Contas de regularização	27.1	92.785	-	92.785	65.292
 TOTAL DO ACTIVO		5.286.444	(111.216)	5.175.228	3.798.745

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	Notas	31.12.01	31.12.00
1. PASSIVOS EVENTUAIS Dos quais: - Aceites e compromissos por endosso de efeitos descontados - Cauções e activos dados em garantias	23	197.408	204.235
2. COMPROMISSOS Dos quais: - Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	23	52.880 1.074.767 -	51.880 861.937 -

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Milhares de Euros)

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	Notas	31.12.01	31.12.00
1. Débitos para com instituições de crédito	18.1	1.591.143	1.036.919
a) À vista	18.1	358.285	36.651
b) A prazo ou com pré-aviso	18.1	1.232.858	1.000.268
2. Débitos para com clientes		2.472.841	1.924.437
a) Depósitos de poupança	18.2	71.808	65.624
b) Outros débitos		2.401.033	1.858.813
ba) À vista		1.510.479	822.625
bb) A prazo	18.2	890.554	1.036.188
3. Débitos representados por títulos	19	416.198	391.136
a) Obrigações em circulação	19	411.198	363.690
b) Outros	19	5.000	27.446
4. Outros passivos	31.2	76.936	19.965
5. Contas de regularização	27.2	53.897	56.891
6. Provisões para riscos e encargos	25	46.686	34.281
a) Provisões p/ pensões e encargos similares	25	1.111	1.111
b) Outras provisões	25	45.575	33.170
6A. Fundo para riscos bancários gerais	25	7.790	10.586
8. Passivos subordinados	22	261.869	87.290
9. Capital subscrito	53	155.580	155.580
10. Prémios de emissão	54	26.197	26.197
11. Reservas	54	37.910	22.862
12. Reservas de reavaliação	54	2.382	2.382
14. Lucro do exercício		25.799	30.219
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		5.175.228	3.798.745

**DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**

(Milhares de Euros)

DÉBITO	Notas	31.12.01	31.12.00
A. CUSTOS			
1. Juros e custos equiparados	56	142.802	108.788
2. Comissões		6.886	1.498
3. Prejuízos em operações financeiras	57	80.139	43.838
4. Gastos gerais administrativos		74.135	66.575
a) Custos com pessoal	35	49.463	44.223
Dos quais:			
(- salários e vencimentos)		(39.009)	(35.987)
(- encargos sociais)		(9.785)	(7.980)
Dos quais:			
(- com pensões)		(4.033)	(2.533)
b) Outros gastos administrativos		24.672	22.352
5. Amortizações do exercício	11	7.774	8.385
6. Outros custos de exploração	39.1	1.882	5.729
7. Provisões para crédito de cobrança duvidosa e vencido e para outros riscos	25	32.348	31.665
8. Provisões para imobilizações financeiras	25	-	78
11. Perdas extraordinárias	39.2	2.296	781
13. Impostos sobre lucros		4.988	6.235
14. Outros impostos		200	253
15. Lucro do exercício		25.799	30.219
TOTAL		379.249	304.044

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20001 E 2000

(Milhares de Euros)

CRÉDITO	Notas	31.12.01	31.12.00
B. PROVEITOS			
1. Juros e proveitos equiparados Dos quais: (de títulos de rendimento fixo)	38 e 55	241.802 (4.065)	203.437 (3.108)
2. Rendimento de títulos	38	1.740	22
3. Comissões	38	29.309	25.800
4. Lucros em operações financeiras	38 e 57	82.683	45.736
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	25	14.786	19.017
6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobilíários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	25	25	17
7. Outros proveitos de exploração	38 e 39.1	8.853	8.733
9. Ganhos extraordinários	39.2	51	1.282
TOTAL		379.249	304.044

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Unidade : Milhares Euros)

	DEZEMBRO	
	2001	2000
+ Juros e Proveitos Equiparados	241.802	203.437
- Juros e Custos Equiparados	142.802	108.788
+ Rendimento de Títulos	1.740	22
= Margem Financeira	100.740	94.671
+ Comissões Recebidas	29.309	25.800
- Comissões pagas	6.886	1.498
+ Outros Proveitos de Exploração	8.853	8.733
- Outros Custos de Exploração	1.882	5.729
- Outros Impostos	200	253
= Margem de Serviços	29.194	27.053
+/- Resultados Operações Financeiras	2.544	1.898
= Produto Bancário	132.478	123.622
- Gastos Gerais Administrativos	74.135	66.575
- Amortizações do Exercício	7.774	8.385
= Resultado Bruto Operacional	50.569	48.662
+/- Provisões Líquidas do Exercício	(17.537)	(12.709)
+/- Resultados Extraordinários	(2.245)	501
= Resultado do Exercício antes de Impostos	30.787	36.454
- Impostos s/ Lucros do exercício	4.988	6.235
= Lucro Líquido do Exercício	25.799	30.219
Resultados por Acção (Em Euros)	0,78	0,97
Cash-Flow do Exercício	56.098	57.548

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de juros e comissões	264.456	225.026
Pagamento de juros e comissões	(131.876)	(99.716)
Pagamento de impostos	(14.264)	(24)
Pagamento a empregados e fornecedores	(71.377)	(62.203)
Pensões pagas e contribuição para o fundo de pensões	(19.705)	(4.982)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	18.904	4.297
	<hr/> 46.138	<hr/> 62.398
(Aumentos)/Diminuições dos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito	8.953	(115.885)
Depósitos em bancos centrais	(51.526)	32.700
Crédito sobre clientes	(695.852)	(407.536)
Títulos de negociação	(15.114)	20.113
Outros activos operacionais	(185.261)	(6.018)
Aumentos/(Diminuições) dos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	554.224	(15.527)
Débitos para clientes	548.399	400.723
Débitos representados por títulos	25.062	78.966
Outros passivos operacionais	49.061	(2.368)
	<hr/> 237.946	<hr/> (14.832)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de participações e de partes do capital em empresas coligadas	(1.432)	-
Dividendos recebidos	1.740	22
Compra de títulos de investimento	(159.606)	(19.699)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	67.557	7.020
Compra de imobilizações	(11.259)	(7.299)
Valores recebidos na venda de imobilizações	767	345
Valores recebidos na venda de bens recebidos em dação	(87)	-
	<hr/> (102.320)	<hr/> (19.611)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão de passivos subordinados	174.579	-
Juros pagos de títulos de participação	(10.012)	(3.441)
	<hr/> 164.567	<hr/> (3.441)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	<hr/> <hr/> 346.331	<hr/> <hr/> 24.514
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	107.412	82.898
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	(453.743)	(107.412)
	<hr/> (346.331)	<hr/> (24.514)

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
INSCRIÇÃO N.º 95
REGISTO NA CMVM nº 223
NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2001 e as demonstrações financeiras anexas do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de mEuros 5.175.228 e capitais próprios de mEuros 247.868, incluindo um resultado líquido de mEuros 25.799, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5. As demonstrações financeiras anexas, elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, referem-se à actividade do Banco a nível individual, sendo os investimentos financeiros em empresas suas subsidiárias registados ao custo de aquisição. O Banco preparou em separado, também para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001, as quais evidenciam, relativamente àquela data, um total de balanço consolidado de mEuros 5.184.313 e capitais próprios consolidados no montante de mEuros 250.419, incluindo um resultado líquido consolidado para o exercício findo naquela data no montante de mEuros 26.831.

Opinião

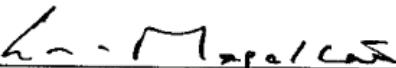
6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins indicados no parágrafo 5 acima, a posição financeira do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

7. A entrada em vigor do Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2001, a diferença mais significativa face às políticas previstas no regime em vigor no exercício anterior com impacto nas demonstrações financeiras do Banco, refere-se à não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. O aumento de responsabilidades relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez, no montante de mEuros 12.159, foi registado por contrapartida de reservas, após autorização do Banco de Portugal (Notas 49 e 54).

Adicionalmente, após obtida a competente autorização do Banco de Portugal, o Banco amortizou por contrapartida de reservas o acréscimo de responsabilidades decorrentes de reformas antecipadas efectuadas até 30 de Novembro de 2001. Consequentemente, durante o exercício de 2001 o Banco não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas ocorridas até essa data. Este procedimento implicou uma redução do activo e das reservas no montante de mEuros 3.012 (Notas 49 e 54).

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2002



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	31.12.01			31.12.00
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Liquido	
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	51	130.634	-	130.634	73.221
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	430.203	-	430.203	90.186
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	14.1	454.391	(2)	454.389	496.107
4. Crédito sobre clientes	14.2	3.677.615	(13.832)	3.663.783	2.938.392
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10	210.049	(5.222)	204.827	55.506
a) - de emissores públicos	10	33.488	(2)	33.486	26.733
b) - de outros emissores	10	176.561	(5.220)	171.341	28.773
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	10	21.728	(197)	21.531	15.653
8. Partes do capital em empresas filiais excluídas da consolidação	6	1.547	-	1.547	1.357
9. Outras participações financeiras	51	1.310	(391)	919	742
10. Imobilizações incorpóreas	11.1	13.897	(9.524)	4.373	3.748
12. Imobilizações corpóreas (Dos quais: Imóveis de serviço próprio)	11.2	139.274 (45.470)	(82.645) 7.762	56.629 (37.708)	54.549 (44.733)
15. Acções próprias ou partes de capital próprias		510	-	510	488
16. Outros activos	31.1	123.016	(139)	122.877	9.021
17. Contas de regularização	27.1	92.091	-	92.091	65.285
TOTAL DO ACTIVO		5.296.265	(111.952)	5.184.313	3.804.255

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	Notas	31.12.01	31.12.00
1. PASSIVOS EVENTUAIS Dos quais: 1.2 Garantias e avales 1.3 Outros	23	197.408 138.697 58.711	204.235 145.644 58.591
2. COMPROMISSOS Dos quais: 2.1 Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	23	1.074.767 -	861.937 -

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Milhares de Euros)

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	Notas	31.12.01	31.12.00
1. Débitos para com instituições de crédito	18.1	1.590.156	1.035.932
a) À vista	18.1	358.285	36.651
b) A prazo ou com pré-aviso	18.1	1.231.871	999.281
2. Débitos para com clientes		2.472.835	1.924.438
a) Depósitos de poupança	18.2	71.808	65.624
b) Débitos à vista		1.510.473	822.626
b) Débitos a prazo	18.2	890.554	1.036.188
3. Débitos representados por títulos	19	416.198	391.136
a) Obrigações em circulação	19	411.198	363.690
b) Outros	19	5.000	27.446
4. Outros passivos	31.2	82.809	22.630
5. Contas de regularização	27.2	54.180	58.200
6. Provisões para riscos e encargos	25	48.057	35.287
a) Provisões p/ pensões e encargos similares	25	1.111	1.111
b) Outras provisões	25	46.946	34.176
6A. Fundo para riscos bancários gerais	25	7.790	10.586
8. Passivos subordinados	22	261.869	87.290
9. Capital subscrito	53	155.580	155.580
10. Prémios de emissão	54	26.197	26.197
11. Reservas	54	39.429	23.916
12. Reservas de reavaliação	54	2.382	2.382
14. Lucro do exercício		26.831	30.681
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		5.184.313	3.804.255

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**

(Milhares de Euros)

DÉBITO	Notas	31.12.01	31.12.00
A. CUSTOS			
1. Juros e custos equiparados	56	142.802	108.805
2. Comissões		7.442	1.498
3. Prejuízos em operações financeiras	57	80.160	43.838
4. Gastos gerais administrativos		75.160	67.346
4.1 Custos com pessoal	35	50.033	44.748
4.2 Outros gastos administrativos		25.127	22.598
5. Amortizações do exercício	11	7.824	8.441
6. Outros custos de exploração	39.1	1.934	5.791
7. Provisões para crédito de cobrança duvidosa e vencido e para outros riscos	25	32.848	31.997
8. Provisões para imobilizações financeiras	25	-	78
9. Perdas extraordinárias	39.2	2.301	788
10. Impostos sobre lucros		5.409	6.275
11. Outros impostos		225	326
14. Lucro do exercício		26.831	30.681
TOTAL		382.936	305.864

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20001 E 2000

(Milhares de Euros)

CRÉDITO	Notas	31.12.01	31.12.00
B. PROVEITOS			
1. Juros e proveitos equiparados	38 e 55	245.834	204.750
2. Rendimento de títulos	38	488	22
3. Comissões	38	29.309	25.800
4. Lucros em operações financeiras	38 e 57	82.712	45.753
5. Reposições e anulações de provisões	25	14.836	19.047
6. Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		190	396
7. Outros proveitos de exploração	38 e 39.1	9.426	8.693
9. Ganhos extraordinários	39.2	141	1.403
TOTAL		382.936	305.864

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Unidade : Milhares Euros)

	DEZEMBRO	
	2001	2000
+ Juros e Proveitos Equiparados	245.834	204.750
- Juros e Custos Equiparados	142.802	108.805
+ Rendimento de Títulos	488	22
= Margem Financeira	103.520	95.967
+ Comissões Recebidas	29.309	25.800
- Comissões pagas	7.442	1.498
+ Outros Proveitos de Exploração	9.426	8.693
- Outros Custos de Exploração	1.934	5.791
- Outros Impostos	225	326
= Margem de Serviços	29.134	26.878
+/- Resultados Operações Financeiras	2.552	1.915
= Produto Bancário	135.206	124.760
- Gastos Gerais Administrativos	75.160	67.346
- Amortizações do Exercício	7.824	8.441
= Resultado Bruto Operacional	52.222	48.973
+/- Provisões Líquidas do Exercício	(18.012)	(13.028)
+/- Resultados Extraordinários	(2.160)	615
+/- Resultados em Empresas Associadas	190	396
= Resultado do Exercício antes de Impostos	32.240	36.956
- Interesses Minoritários		
- Impostos s/ Lucros do exercício	5.409	6.275
= Lucro Líquido do Exercício	26.831	30.681
Resultados por Acção (Em Euros)	0,81	0,99
Cash-Flow do Exercício	58.076	58.425

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2001	2000
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e comissões recebidos	269.161	226.630
Pagamento de juros e comissões	(131.940)	(100.633)
Pagamento de impostos	(14.208)	(67)
Pagamento a empregados e fornecedores	(67.752)	(60.326)
Pensões pagas e contribuição para o fundo de pensões	(19.705)	(4.982)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	19.551	4.253
	<hr/> 55.107	<hr/> 64.875
(Aumentos)/Diminuições dos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito	41.718	(75.543)
Depósitos em bancos centrais	(51.524)	32.698
Crédito sobre clientes	(733.389)	(443.846)
Títulos de negociação	(15.086)	20.113
Outros activos operacionais	(129.388)	(7.454)
Aumentos/(Diminuições) dos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	554.224	(20.515)
Débitos para clientes	548.399	400.723
Débitos representados por títulos	25.062	78.966
Outros passivos operacionais	45.963	(2.424)
	<hr/> 285.979	<hr/> (17.282)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de participações financeiras	(240)	-
Dividendos recebidos	488	22
Compra de títulos de investimento	(295.923)	(19.699)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	146.504	7.020
Compra de imobilizações	(11.220)	(7.365)
Valores recebidos na venda de imobilizações	731	345
Valores recebidos na venda de bens recebidos em dação	(87)	38
	<hr/> (159.747)	<hr/> (19.639)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados	174.579	-
Juros pagos de títulos de participação	(10.012)	(3.441)
	<hr/> 164.567	<hr/> (3.441)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	<hr/> 345.906	<hr/> 24.513
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	<hr/> 107.413	<hr/> 82.900
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	<hr/> (453.319)	<hr/> (107.413)
	<hr/> (345.906)	<hr/> (24.513)

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
INSCRIÇÃO N.º 95
REGISTO NA CMVM nº 223
NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre o relatório de gestão do exercício de 2001 e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de mEuros 5.184.313 e capitais próprios de mEuros 250.419, incluindo um resultado líquido de mEuros 26.831, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

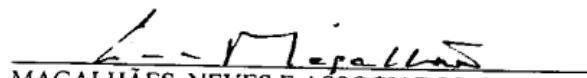
Ênfase

6. A entrada em vigor do Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2001, a diferença mais significativa face às políticas previstas no regime em vigor no exercício anterior com impacto nas demonstrações financeiras do Banco, refere-se à não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. O aumento de responsabilidades relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez, no montante de mEuros 12.159, foi registado por contrapartida de reservas, após autorização do Banco de Portugal (Notas 49 e 54).

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Adicionalmente, após obtida a competente autorização do Banco de Portugal, o Banco amortizou por contrapartida de reservas o acréscimo de responsabilidades decorrentes de reformas antecipadas efectuadas até 30 de Novembro de 2001. Consequentemente, durante o exercício de 2001 o Banco não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas ocorridas até essa data. Este procedimento implicou uma redução do activo e das reservas no montante de mEuros 3.012 (Notas 49 e 54).

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2002


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

EXTRACTO DA ACTA Nº 5

Aos vinte e oito dias do mês de Maio de 2002, pelas 15.00 horas, nas instalações da Sede Social do Banco Santander Portugal, S.A., sita na Praça Marquês de Pombal, nº 2, em Lisboa, reuniram, em Assembleia Geral, os accionistas do Banco Santander Portugal, S.A., Pessoa Colectiva nº 501 592 245, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 7 536, com o capital social de 155.580.180 Euros, devidamente convocados por avisos publicados no Diário da República III Série, nº 90 / 2002, de 17 de Abril, Boletim de Cotações de 18 de Abril e o jornal “O Correio da Manhã” de 23 de Abril de 2002, cujos exemplares ficam arquivados na Sociedade como documentos anexos à presente acta e que aqui se dão como reproduzidos. Assumi a Presidência da Mesa, o Presidente eleito, Senhor Engenheiro Eurico Silva Teixeira de Melo, secretariado pelo Senhor Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães, Secretário da mesma Mesa, que verificaram estar presentes ou representados accionistas, possuidores de 30.571.586 acções, correspondentes a 98,2502 % do capital social e a Dra. Tereza de Almada Menezes, Secretária da Sociedade. Assim, tendo a Assembleia sido tempestiva e devidamente convocada pelos avisos acima citados, o Presidente da Mesa declarou a Assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar validamente sobre todos os pontos da Ordem do Dia.

Foi dispensada a leitura da convocatória por ser do conhecimento de todos os presentes.

Ninguém quis intervir para pedir informações gerais antes da Ordem do Dia, pelo que se abriu a discussão sobre o primeiro ponto da Agenda:

Ponto 1 da Convocatória: Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas relativos ao exercício de 2001, bem como sobre o Relatório Consolidado de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2001.

(...)

Após estes esclarecimentos, o Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas relativos ao exercício de 2001, bem como sobre o Relatório Consolidado de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2001, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Passou-se, de imediato, ao **ponto 2 da Convocatória:** Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2001. O Senhor Presidente da Mesa, apresentou a proposta:

“A actividade desenvolvida em 2001 pelo Banco Santander Portugal, S.A. gerou um lucro nas contas individuais do Exercício de Euros 25.798.613,06, e nas contas consolidadas de Euros 26.830.842,13.

Nestes termos o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

Euros 2.579,862 para Reserva Legal

Euros 23.218.751,06 para Resultados Transitados”

(...)

Tendo a proposta de aplicação de resultados sido posta à votação, foi aprovada por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao **ponto 3 da Agenda**: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Tomou a palavra a Sr. Francisco Assis Magalhães que propôs, em seu nome pessoal e em representação da sociedade Produtos Sarcol, S.A. um voto de louvor e confiança na Administração e Fiscalização da Sociedade e em cada um dos seus membros pela actividade desenvolvida ao longo deste ano e, neste contexto, inteiramente justificado pelos resultados ora aprovados por esta Assembleia.

De novo, voltou a tomar a palavra o Sr. Dr. António Saldanha Gomes Mota, para reforçar este voto de louvor e confiança pelas razões já referidas.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada sessão pelas 16H00 horas e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa, Secretário da Mesa e pela Secretária da Sociedade.

A Secretária da Sociedade

Tereza Menezes